

I

Desde a fase final da ditadura militar, no primeiro lustro dos anos 80, as esquerdas de matriz marxista passavam por grave crise, ainda derivada da derrota de 1964 e da repressão estatal permanente instaurada depois daquela data. Por sua vez, a esquerda católica, que já antes de 1964 disputava a direção do movimento operário e popular, viu-se fortalecida no período de resistência e ofensiva contra a ditadura, incentivada em boa medida pela chamada Teologia da Libertação.

Os marxistas de extração trotskista, fortalecidos, mas ainda muito minoritários convergiram para o Partido dos Trabalhadores, fundado em 1980. Vários fragmentos de grupos que haviam empreendido a luta armada, originários do leito originário do comunismo brasileiro, fizeram o mesmo. No entanto, foi a vertente católica a predominar no novo partido operário, fossem militantes da antiga Ação Popular ou os novos quadros formados com a Teologia da Libertação. De modo geral, os marxistas projetavam alguma forma de vitória sobre as forças que haviam imposto a ditadura burguesa ao País e os católicos pregavam o distanciamento do Estado, a liberdade de organização política e sindical. O Estado e a política traziam a marca do mal, a sociedade eclesial deveria se difundir pela sociedade civil e se opor a sociedade política.

**Não havia qualquer teoria ou estratégia que orientasse o movimento em direção a ruptura com a ditadura militar e esse limite foi decisivo para a trajetória histórica do PT. Ao fim das contas, o que tivemos foi uma classe operária encapsulada na ideologia do americanismo / fordismo, cujo horizonte não ultrapassava o objetivo da autonomia, de mais direitos e de melhores condições de contratação da força de trabalho com o capital. O limite, pois, era a consciência econômica corporativa, ou seja, liberal democrática, considerado que separava a economia da política, exato como faz a ideologia burguesa.**

A vertente comunista, com suas diferentes organizações (PCB – PCdoB – MR-8), atuava no MDB (PMDB), visto como partido da frente política pela democracia. Essas organizações estiveram muito debilitadas por conta da repressão estatal e das divisões internas que sobrevieram. Era evidente a crise estratégica, ainda que o objetivo

---

\* Professor Titular do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP (*campus* de Marília), autor de vários livros e membro do Conselho Consultivo de *marcismo21*.

imediate de derrota da ditadura fosse bem claro. O que se tinha era uma correlação de forças francamente favorável à burguesia liberal dentro do campo de luta pela democracia. Uma ruptura com a ditadura parecia difícil de ocorrer, pois que, de novo, a correlação de forças não era tão favorável ao campo democrático que permitisse algo como a derrubada da ditadura. Os acordos que permitiram o fim da ditadura foram entabulados pelos setores mais conservadores da oposição dita democrática, tiveram o condão de isolar as esquerdas e fazê-las minoria no Congresso constituinte que deveria forjar as novas instituições da República burguesa. A crise capitalista, a falta de uma direção burguesa que unificasse a classe, colado ao avanço do movimento popular possibilitou a inclusão de certa quota de direitos sociais na Constituição.

Enquanto o movimento operário e popular continuava atado ao espontaneismo e ao economicismo corporativo, as esquerdas marxistas que estiveram ancoradas ao PMDB, apenas viam a sua crise se agravar por conta do adverso cenário internacional, que exibia a fulgurante ofensiva ideológica do neoliberalismo e a crise dos Estados socialistas. O PCB, principalmente, ao mesmo tempo em que travava uma luta interna fratricida também se descolava da sua pretendida base social.

A burguesia brasileira, depois da crise de direção que a acometeu com o fim da ditadura, ao fim decidiu-se por encampar o projeto neoliberal e o chamado consenso de Washington. A rigor, o Brasil foi o último País da América Latina a adotar esse caminho para o qual a Constituição de 1988 desde logo apareceu como empecilho. Fracassaram as pretensões da burguesia paulista de estabelecer a hegemonia civil sobre as outras burguesias regionais e também sobre o proletariado, e ela mesma teve que absorver esse projeto exógeno. A trajetória do PSDB é emblemática a esse respeito.

A faceta liberal democrática encobria o retorno das oligarquias regionais ao centro do poder, interessadas, como sempre, nas atividades agro-exportadoras. A liquidação da capacidade produtiva e reguladora do Estado e a abertura para o comércio internacional contribuíram para fazer encolher o parque industrial nacional e internacionalizar ainda mais a produção, na medida em que se investia na inovação tecnológica e gerencial do que se produzia e do que se importava.

As esquerdas, de sua parte, tenderam a se homologar à nova ordem institucional que nascia. O PT abraçou a ideologia liberal da “cidadania e democracia”, o PCdoB, em grande manobra, aderiu novamente ao “revisionismo” do “caminho chinês” e o PCB aproveitou a auto-dissolução do PC italiano para fazer o mesmo e abandonar por completo a tradição cultural do marxismo, tendo mudado o nome para PPS e se feito

como um partido “centrista”. Ou seja, no início dos anos 90, a burguesia havia encontrado no Estado neoliberal o meio de sobreviverem todos os seus segmentos, ainda que com o predomínio ampliado do setor financeiro. Ao movimento operário e popular, sem qualquer projeto estratégico que vislumbrasse a hegemonia do trabalho, coube apenas resistir e apostar no dia em que chegasse o “bom governo”, que os protegesse da sanha infinita do capital.

## II

O PT se qualificou como pólo da oposição dentro da ordem social e institucional que garantia a frágil hegemonia burguesa, incapaz de alcançar as massas mais desvalidas senão pela força repressiva. A estratégia então definida, mesmo que sem a devida nitidez, era reformista. A aposta era de que uma vez o PT chegasse ao governo federal, poderia aplicar um governo que distribuísse benefícios às classes subalternas, sem que os interesses nucleares do capital fossem ameaçados e, portanto, que as classes subalternas continuassem subalternas. Avançar em direção a uma nova hegemonia não estava em consideração, como de resto nunca esteve em toda a trajetória do PT.

O PCdoB, tendo notado a ascensão do PT no campo institucional, a ele se acoplou para também crescer e assim superar a crise organizativa e ideológica pela qual passara desde a derrota da perspectiva guerrilheira até o colapso do socialismo albanês. A partir dos anos 90, a previsão histórica apontava para a possibilidade de se implantar no Brasil uma política econômica de desenvolvimento acelerado ainda nos marcos do capitalismo, com um Estado democratizado, perspectiva teórica que mantém ainda hoje e de inegável extração reformista (os ecos de Bernstein são bem audíveis).

O PPS encontrou espaço dentro da aliança PSDB-PFL e ainda que se auto identifique como “esquerda democrática”, em sua consciência não pode ser considerado de esquerda. Excluídas do PT pela esquerda, surgiram organizações de origem trotskista como o PSTU e o PCO, mas com influência política muito tênue. Algumas centenas de resistentes se empenharam em manter alçada a bandeira do PCB.

Assim, nos últimos badalos do século XX, a situação da esquerda brasileira era de divisão entre um setor reformista que se fortalecia na trilha da resistência popular contra os malefícios do Estado neoliberal que se impunha e uma esquerda antagonista muito frágil e também despreparada do ponto de vista teórico. A crise que corroeu a base de suporte político da coalizão PSDB-PFL deixou-a com muitas dificuldades para

a continuidade de governo, o que expressava os conflitos emersos no meio da classe dirigente.

A solução ao fim encontrada foi a cooptação da direção política majoritária das classes subalternas, que havia já se configurado como uma variante de “aristocracia operária”. De fato, a eleição de Lula, com o PT encabeçando uma coalizão de forças burguesas, significou a suspensão das contendas políticas entre os grupos dominantes e também a incorporação da “aristocracia operária” no bloco de poder. Essa coalizão foi possibilitada com o reconhecimento dos interesses prioritários do capital financeiro, sem que nenhuma fração deixasse de ser atendida em seus interesses de uma ou outra maneira. O Estado neoliberal imposto nos anos 90, não foi tocado, ao contrário, aprofundou a sua trajetória, com o fortalecimento de grandes corporações financeiras, da construção civil, minérios, energia e comunicação.

Aconteceu também relativo fortalecimento de hegemonia burguesa para o que contribuiu bastante as “políticas públicas” do Governo, na verdade políticas de concentração de força hegemônica. Essas políticas também traziam a marca neoliberal por conta de suas características de atendimento compensatório e parcial. Essas políticas também foram muito úteis para o PT definir um eleitorado fiel no seio da massa proletária, massa essa que não se organizou, não se educou e se manteve dependente da parca assistência social oferecida pelo Estado.

Em suma, sem direção política que surgisse das classes subalternas, de suas lutas de resistência presentes no campo e na cidade, nos bairros, na escola, no processo produtivo do capital, a massa proletária ficou praticamente decapitada de modo também a estar garantida a sua situação de subalternidade diante do Estado e da burguesia. A luta de classes parecia se restringir aos corredores da burocracia estatal, enquanto que nas ruas se travava a guerra civil entre as classes subalternas e dessas com o aparelho repressivo.

O embrião de uma nova esquerda antagônica surgiu no Brasil na época do governo da esquerda reformista oportunista (lembrar a definição de Lenin pra oportunismo: aqueles que investem na conciliação de classes). Já em 1992 havia surgido o PSTU; em 2005, faixas discordantes do PT se afastaram para fundar o PSOL, agremiação formada pela esquerda católica, comunistas e trotskistas (numa reprodução em escala menor do que fora a origem do PT); o PCB manteve-se hibernando até 2006, quando conseguiu redefinir uma orientação teórica e conseguiu passar a ser ponto de atração para parcelas da juventude.

### III

O solavanco da crise de 2008 foi enfrentado no Brasil com os meios da política econômica, de maneira que os seus efeitos mais graves foram momentaneamente atenuados e pode-se garantir, em 2010, a recondução ao governo da aliança PT-PMDB-PCdoB-“centrão”, com PSDB-DEM-PPS na oposição. Tínhamos então uma esquerda reformista de governo (PT-PCdoB) aliada a uma ampla coalizão burguesa que priorizava (e prioriza) relações espúrias com a burocracia estatal, vinculado de modo direto ou mediado com as corporações da grande finança, com interesses regionais ou setoriais, assim como a exportação de bens primários.

A oposição burguesa, talvez mais ancorada a interesses do chamado “mercado”, permaneceu sem um discurso ideológico claro de contraposição ao Governo enquanto que a oposição de esquerda permaneceu com a sua característica geral de fragmentação, mas com esforços notáveis de compreensão da realidade e de elaboração teórica. De fato, renovadas publicações de autores clássicos e de autores importantes para o debate no campo teórico do marxismo ofereceu um instrumental útil para a capacitação de uma militância que aos poucos se forma.

A crise social e política que desde 2011 se manifesta no cenário internacional, com vetores muito contraditórios, tendem a afirmar uma direção reacionária, inclusive na América Latina. A ofensiva contra os trabalhadores, seus direitos e organizações é de caráter mundial.

Nesse contexto é que emerge no Brasil, em 2013, uma série de manifestações de caráter contestatório juvenil urbano. O completo desleixo da esquerda reformista de governo para a educação política das massas e a notável fragilidade da esquerda antagônica facilitou em muito que o descontentamento e a turbulência – até om certa facilidade -- fossem apropriados pela direita ultra-liberal, a qual foi capaz de iniciar amplo período de mobilização organizada por pequenos e grandes aparelhos privados de hegemonia, todos muito abastados por financiamento interno e externo, articulados ainda com setores da burocracia estatal com interesses privados.

Aos poucos a mobilização da pequena burguesia tornou-se uma clara movimentação pela mudança de Governo. A recondução ao poder executivo da aliança PT-PMDB, em outubro de 2014, foi um empecilho a ser contornado por uma movimentação que deveria partir e culminar no Congresso Nacional, onde a correlação

de forças políticas ficou inteiramente favorável à direita ultraliberal, ainda que dividida em diversos “partidos” e grupos de interesse corporativos.

A ofensiva ideológica da direita viu-se potencializada de modo exponencial pela atividade da Procuradoria Geral da República em busca de delitos contra o patrimônio público, porventura efetuados pelo Governo ou mesmo com a sua aquiescência, como também delitos cometidos pela grande empresa privada junto ao Estado em termos definidos como corrupção. A crise capitalista que atingiu com força a lucratividade empresarial e as finanças do Estado empurrou o conjunto da burguesia para a direção do golpe institucional. Por trás da cena do poder estava (e ainda está) a conflagração entre setores do capital, em franca discórdia sobre quem deveria arcar com os prejuízos da crise de acumulação e sobre o que fazer. A unanimidade se forjou em torno da necessidade da expulsão do círculo do poder governamental da representação política da “aristocracia operária”. Escorraçados do Governo o PT-PCdoB-PDT, uma coalizão parlamentar muito mais ampla se assenhoreou do poder. Em torno do PMDB ficou todo o “centrão” e também a antiga oposição liberal (PSDB-DEM-PPS).

O plano de enfrentamento da crise pareceu muito simples: promover o saque do Estado, passar para a propriedade privada tudo que for possível (recursos naturais, recursos energéticos, infra-estrutura, bancos, meios de comunicação, saúde, educação,...). A operação de saque que reduz o Brasil a uma situação colonial consolidada obriga a que, ao mesmo tempo, a força de trabalho seja endereçada a proletarianização generalizada, com a destituição de direitos sociais, mas também com a redução drástica de direitos civis e políticos.

O preço dessa operação é o descolamento das instâncias políticas representativas da sua base social com a suspeição generalizada sobre partidos políticos e sindicatos frente à denúncias quase diárias de saque do fundo público, ação conduzida pelas classes dominantes e seus representantes, mas que teve participação até mesmo dos representantes da “aristocracia operária”. O cenário é então de crise orgânica: a débil hegemonia burguesa se enfraquece ainda mais e se apresenta um quadro geral de crise de acumulação, de diluição das classes, de crise de representatividade, de gravíssima crise moral, de fortalecimento do papel repressivo do Estado. A situação é de apodrecimento e sugere que a superação de crise acabará por solicitar alguma forma de poder cesarista regressivo capaz de recompor as forças sociais.

O que podem fazer as esquerdas numa situação como essa que se avizinha da catástrofe? A esquerda reformista de Governo (PT-PCdoB-PDT) ainda investe na recomposição de suas forças, mesmo que fortemente abaladas pelo golpe sofrido (e ainda em andamento). Aposta na recomposição de um movimento popular capaz de levar novamente Lula a presidência da República, passo essencial para a retomada de uma política de desenvolvimento econômico e social. Predomina a ilusão de que se possa remontar uma coalizão majoritária com forças políticas da burguesia com disposição para reativar o processo de democratização, para recompor os interesses nacionais e populares, para apagar as travessuras legislativas reacionárias que se fazem num Congresso francamente corrupto. Essa perspectiva parece ser a mais fácil e mais próxima, mas é simplesmente incapaz de barrar e reverter a barbarização acelerada da vida social. Não é com “políticas públicas”, “afirmativas” ou compensatórias que o drama histórico em que estamos envolvidos terá a sua trama conduzida a bom termo.

A uma primeira vista o surto contestatório que se abriu em 2013 seria uma ocasião excelente para a esquerda antagônica ampliar rapidamente a sua influencia social. Mas assim não foi. A fase histórica da esquerda reformista de governo, com suas “políticas públicas” de reforço da hegemonia burguesa, amorteceu os movimentos reivindicativos dos trabalhadores e cooptou seus organismos sociais.

Importante considerar, contudo, que depois de 2013, coletivos autônomos, identitários em grande medida, se multiplicaram nas grandes cidades. Mas o perfil político antagônico só pode se configurar se os grupos de identidade se façam grupos de transformação social geral. Mais importante ainda, na verdade o ponto fundamental, é que a ação destrutiva do capital penalizou duramente a classe operária de perfil fordista, mas que está a criar um novo proletariado, mais jovem e adequado às novas tecnologias digitais de informação e comunicação. Trata-se, por ora, de um proletariado disperso e apenas com consciência espontânea de rebeldia (quando não subsumido a ideologia do capital), mas que tem acesso à formação técnica (indispensável para o uso e abuso do capital) e a alguma formação humanística nas Universidades públicas. Importante observar que esse novo proletariado é produtor de mais valor, por suposto, mas também transfere e difunde conhecimento por meio de máquinas automáticas e de tecnologia de informação e comunicação (o general intellect).

Essa é parte do terreno a ser cultivado pela esquerda antagônica. Um novo mundo do trabalho e da cultura a ser organizado e educado ao mesmo tempo em que se aprende com essas experiências. A construção e fortalecimento de uma nova sociedade

civil referenciada pelo cooperativismo, pela solidariedade, pela conquista do espaço público e pela incorporação do conhecimento que orienta o processo produtivo é a ação de elevação cultural política indispensável para se opor ao capital e seu Estado.

Na prática é preciso que se promova um “progresso intelectual de massas”, que se forme uma frente única das classes subalternas, de seus institutos sociais e políticos, que organize uma nova sociedade civil por fora e contra a sociedade civil burguesa, que se oponha, em perspectiva, uma hegemonia a outra, que se forme uma dualidade de poderes. A sempre importante participação nas instancias do Estado burguês devem servir para enfraquecer esse Estado e para denunciá-lo como organizador do poder do capital, não para disputá-lo como se fosse efetivamente público e democrático ou possível de assim vir a ser.

Por conta de uma estratégia como essa, hoje, a resistência deve, sem dúvida, lutar contra a retirada de direitos e contra o saque da riqueza nacional, mas deve também ser uma resistência ofensiva, que eduque e construa novos organismos sociais fundados no anticapitalismo, na auto-organização, na autogestão, na auto-educação. De imediato é também desejável que as organizações partidárias que se referem à tradição do movimento operário e da cultura marxista, em sua diversidade (PSOL-PCB-PSTU-outras) -- sem excluir outras vertentes que lutam na mesma trincheira -- forjem uma frente política investida na organização da frente única das classes subalternas, numa clara perspectiva da transformação socialista, único (e longo) caminho capaz de barrar e reverter a catástrofe que nos ameaça.

Marcos Del Roio